

Vestígios de uma guerra tripartite e a cobertura jornalística sobre crime e poder na Amazônia

Traces of a tripartite war and journalistic coverage of crime and power in the Amazon

Huellas de una guerra tripartita y cobertura periodística del crimen y el poder en la Amazonía

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer

Universidade Federal de Goiás – GO – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2142-5855>

Endereço currículo Plataforma: <http://lattes.cnpq.br/2424054335258827>

E-mail: Anacarolina.temer@gmail.com

Simone Antoniaci Tuzzo

Universidade da Maia – Umaia – Porto – Portugal

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9401-6510>

Endereço currículo Plataforma: <http://lattes.cnpq.br/9376233659808755>

E-mail: santoniaci@umaia.pt

Resumo: Este texto desenvolve um estudo sobre o material jornalístico veiculado no Brasil e seus ecos em Portugal, sobre os assassinatos do Jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira. O objetivo é compreender como a imprensa retrata a Amazônia enquanto território de disputas, conflitos e relações de poder. Entende-se que essa situação de guerra pela ocupação da Amazônia também reflete aspectos do Governo Bolsonaro, cujos resultados implicam na exploração irregular dos recursos naturais; tráfico de drogas; desassistência dos povos originais e existência de conflitos armados. Em termos metodológicos apresenta uma pesquisa qualitativa; com amostra classificada como aleatória por conveniência e análise de discurso crítica. A conclusão nos mostra que a guerra armada pela ocupação da Amazônia está em processo, sendo reinterpretada pelas tensões que marcam a relação entre a política e o jornalismo no Brasil, e pela dramaticidade das coberturas jornalísticas.

Palavras-chave: Jornalismo. Guerra. *Bolsonarismo*. Amazônia. Indígenas.

Abstract: This text develops a study on the journalistic material published in Brazil and its echoes in Portugal, on the murders of journalist Dom Phillips and indigenist Bruno Pereira. The objective is to understand how the press portrays the Amazon as a territory of disputes, conflicts and power relations. It is understood that this situation of war for the occupation of the Amazon also reflects aspects of the Bolsonaro government, whose results imply the irregular exploitation of natural resources; drug trafficking; lack of assistance from the original peoples and the existence of armed conflicts. In methodological terms, it presents a qualitative research; with a sample classified as random for convenience and critical discourse analysis. The conclusion shows us that the armed war for the occupation of the Amazon is in process, being reinterpreted by the tensions that mark the relationship between politics and journalism in Brazil, and by the drama of the journalistic coverage.

Keywords: Journalism. War. Bolsonarism. Amazon. Indigenous.

Resumen: Este texto desarrolla un estudio sobre el material periodístico publicado en Brasil y sus ecos en Portugal, sobre los asesinatos del periodista Dom Phillips y del indigenista Bruno Pereira. El objetivo es comprender cómo la prensa retrata la Amazonía como un territorio de disputas, conflictos y relaciones de poder. Se entiende que esta situación de guerra por la ocupación de la Amazonía también refleja aspectos del gobierno de Bolsonaro, cuyos resultados implican la explotación irregular de los recursos naturales; tráfico de drogas; la falta de asistencia de los pueblos originarios y la existencia de conflictos armados. En términos metodológicos, presenta una investigación cualitativa; con una muestra clasificada como aleatoria por conveniencia y análisis crítico del discurso. La conclusión nos muestra que la guerra armada por la ocupación de la Amazonía está en proceso, siendo reinterpretada por las tensiones que marcan la relación entre política y periodismo en Brasil, y por el dramatismo de la cobertura periodística.

Palabras clave: Periodismo. Guerra. Bolsonarismo. Amazonas. Indígena.

Introdução

A análise proposta neste estudo envolve deslindar de que forma a cobertura do desaparecimento e posterior comprovação do assassinato do jornalista britânico Dom Phillips, colaborador do jornal *The Guardian*, e do indigenista brasileiro Bruno Pereira, expõe e reconstrói a região amazônica brasileira, e em particular as contradições que

envolvem essa região, em uma relação que inclui o desmonte de instituições ambientais durante o Governo Bolsonaro, o crescimento de atividades ilegais e os consequentes danos que trazem para a região, além da postura claramente hostil deste governo em relação à imprensa e aos jornalistas, vistos como aliados dos ambientalistas.

Inserida neste contexto, a Amazônia brasileira vive uma situação de guerra tripartite, na qual aliados e adversários não são bem definidos, ou mudam em função de questões pontuais, como a repercussão na imprensa sobre atitudes consideradas exageradas ou extremas, mas que estão permanentemente envolvidos em conflitos e situações que trazem ameaças a vidas humanas.

Como consequência, a imprensa brasileira, com repercussão internacional, tem voltado seu olhar para essa região, muitas vezes se detendo nas denúncias de crimes localizados, explosões pontuais que expõe de forma mais dolorosa a contínua guerra que segue em relativa surdina.

Considerando estes aspectos, o questionamento central deste trabalho diz respeito a análise de se, e como, a exposição do crime que resultou na morte de Dom Phillips e Bruno Pereira, e suas consequentes repercussões internacionais, abriram espaço para o jornalismo dar visibilidade aos conflitos e à guerra pela disputa da Amazônia; ou, em contrapartida, foram modais para temas de interesses do *bolsonarismo* (como a questão da integridade territorial e a defesa dos costumes).

Busca-se, portanto, entender como a cobertura destas mortes, ao serem direcionadas para sua relação com a contravenção, também permite compreender a Amazônia como território em conflito, imerso em uma guerra potencializada pelo modelo Bolsonarista de gestão do meio ambiente.

Em termos metodológicos este artigo apresenta uma pesquisa qualitativa, com amostra classificada como aleatória por conveniência, pois se baseia em uma seleção definida pelas pesquisadoras a partir do material veiculado pela mídia brasileira e portuguesa, em função da acessibilidade e da conveniência, mas com uma preocupação com a representação e a diversidade da amostragem. A análise dos dados feita pelo método da análise de discurso crítica (Fairclough, 2003; Magalhães, 2005).

Uma cobertura em processo

O Brasil passa por um período de campanha eleitoral polarizado e conflituoso, com vistas às eleições presidenciais no segundo semestre de 2022, cuja marca é o grande fluxo de informações. Ainda assim, e mesmo passados quase dois meses do assassinato do jornalista britânico Dom Phillips, colaborador do jornal *The Guardian*, e do indigenista brasileiro Bruno Pereira, o assunto ainda reverbera e segue como pauta no jornalismo brasileiro.

O crime ganhou visibilidade no dia 6 de junho de 2022, quando a imprensa brasileira começou a noticiar os dois desaparecimentos ocorridos um dia antes, quando Dom e Bruno faziam o trajeto entre a comunidade ribeirinha São Rafael até Atalaia do Norte, uma área pertencente ao Vale do Javari, no oeste do Estado do Amazonas, local que abriga parte da Floresta Amazônica, entrecortada por rios, florestas e pântanos, considerada a segunda maior terra indígena do Brasil, com a maior concentração de povos isolados do mundo¹.

Dom fazia entrevistas com indígenas na região a fim de coletar material para o livro que estava escrevendo sobre preservação ambiental; e Bruno, seu guia na viagem, era indigenista da Fundação Nacional do Índio – Funai, mas estava licenciado para trabalhar com organizações indígenas, em projetos de vigilância de seus territórios².

No emaranhado de informações que precederam a descoberta dos corpos e a identificação dos prováveis culpados, o presidente Bolsonaro minimizou o acontecimento, e acusou Dom e Bruno de “terem embarcado em uma aventura perigosa”³ e de não cuidarem da própria segurança. As falas invertem o papel das vítimas, colocando-as como culpadas pela própria morte, mas também traz à superfície a situação da Amazônia como um território

¹ Entenda caso do desaparecimento de indigenista e jornalista inglês no Amazonas. 13 jun. 2022. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/entenda-o-desaparecimento-indigenista-e-jornalista-ingles-no-amazonas/>.

² Corpos do jornalista e indigenista mortos na Amazônia são entregues às famílias. Carta Capital. 23 jun. 2022. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/corpos-de-jornalista-e-indigenista-mortos-na-amazonia-sao-entregues-as-familias/>.

³ “Aventura não recomendável”, diz Bolsonaro sobre desaparecimento na Amazônia. SBT Brasil, 07 jun. 2022. <https://www.youtube.com/watch?v=tCs0MIGHZ-8>.

perigoso, dominado pela guerra de interesses, e onde as forças de segurança nacional tem pouca presença ou controle.

Esse aspecto foi reforçado no dia 15 de junho de 2022, com a confissão de um dos envolvidos, confirmando a relação do assassinato com a pesca ilegal e seu possível uso para escamotear o tráfico de drogas, questão já especulada pela imprensa que constantemente ressaltou que a Amazônia está marcada pela presença armada do garimpo, caça, pesca e madeireiros ilegais, grilagem de terras, tráfico de drogas, invasão de terras, e que abusam do enfraquecimento dos órgãos legais voltados para proteção destas áreas, para atacar os povos originais e as entidades que defendem o meio ambiente⁴.

Embora as críticas às autoridades brasileiras, acusadas de reagirem tardiamente ao desaparecimento e não terem adotado medidas de buscas suficientes, tenham tido ampla repercussão na imprensa, e a situação tenha extrapolado as investigações da Polícia local com o envolvimento da Polícia Federal, ela também se confunde com outras ações/inações do Governo em coibir as ações ilegais na região amazônica.

O governo Bolsonaro e sua batalha com a imprensa

A imprensa não está imune à guerra tripartite na Amazônia. Ela é campo de batalha conceitual que se revela tanto em cobranças quanto em respostas agressivas do Governo Bolsonaro que, aliás, extrapolam a questão do meio ambiente.

Um único artigo científico não seria suficiente para detalhar as inúmeras vezes em que a imprensa brasileira cobrou do Governo Bolsonaro ações que garantam o respeito às leis ambientais na Amazônia. Em 2019 (ano em que Bruno Pereira foi exonerado de seu cargo na Funai, após confrontar garimpeiros e outros contraventores), Dom Phillips recebeu uma resposta agressiva de Bolsonaro em uma coletiva de

⁴ São constantes as denúncias de que a Amazônia é hoje uma das áreas mais atacadas e menos protegidas pelo Estado Brasileiro. Carta Capital. 20 jun. 2022. <https://www.cartacapital.com.br/justica/em-meio-a-comocao-mundial-por-bruno-e-dom-indigenas-de-roraima-cobram-respostas-por-outra-morte-impune/>.

imprensa, que ao ser questionado sobre o desmatamento, argumento que “a Amazônia é nossa e não de vocês”⁵. (REVISTA FORUM, 2022).

Atitudes como essa levaram o nome do presidente à lista compilada pela organização de *Repórteres Sem Fronteiras* (RSF, 2021 / MídiaTalk, 2021), que enumera os 37 chefes de Estado ou governo que reprimem de forma sistemática a liberdade de imprensa. De acordo com a denúncia da *Human Rigth Watch*, o governo Bolsonaro fez 400 ataques a jornalistas (Relatório *World Report*, 2020) em 2020, aumentando em 67% a violência contra jornalista no Brasil.

Esses dados, citados tanto no Relatório do *Repórter Sem Fronteiras* como no *Relatório elaborado pelo Departamento de Estado do EUA*, coloca o Brasil no 107º lugar do mundo na violência contra os jornalistas. Da mesma forma, dados do Departamento de Estado, dos Estados Unidos, citados no dia 30 de março de 2022, no *Jornal das 18 horas da Globo News*, *Jornal da Band* e *Jornal Nacional*, apontaram que Bolsonaro foi diretamente responsável pela agressão a 53 jornalistas.

É necessário entender que esse discurso surge também como resposta à fragilidade de um presidente eleito em circunstâncias específicas, que envolve o uso estratégico das redes sociais, um discurso conservador e a exploração política, colocando-se como vítima de um atentado, fato até então raro nas campanhas presidenciais brasileiras. Eleito em 2018, Bolsonaro tem se apoiado nos setores da direita, mas também no uso estratégico da distribuição de verbas para Congressistas, em um panorama que soma a inabilidade de lidar com a imprensa, afirmando constantemente estar sendo perseguido pela imprensa nacional.

Aspectos metodológicos

Diante do cenário apresentado, este estudo faz uma análise do material jornalístico veiculado no Brasil no período que corresponde ao desaparecimento; posterior comprovação das mortes de Dom Phillips e Bruno Pereira, e a repercussão deste fato em Portugal, país escolhido em função da proximidade cultural e pela língua compartilhada. A partir da análise

⁵ O jornalista Dom questionou o presidente sobre o desmatamento na Amazônia e a relação de Ricardo Salles, então ministro do Meio do Ambiente, com madeireiros.

de discurso crítica, são desenvolvidas reflexões sobre os elementos selecionados para a cobertura do crime ocorrido na Amazônia, considerando o esforço da atividade profissional, do próprio jornalismo e de seus compromissos com a sociedade.

Em termos metodológicos este artigo apresenta uma pesquisa qualitativa respaldada em Chizzotti (1991, p. 27) que “ressalta as significações que estão contidas nos atos e práticas”, e na análise dos significados subjetivos da experiência e da prática cotidianas (FLICK, 2009).

A amostra é classificada como aleatória por conveniência, pois se baseia em uma seleção definida pelas pesquisadoras a partir do material veiculado pela Rede Globo de Televisão e pela Globo News, no mês de junho de 2022, em função da acessibilidade e da conveniência (MALHOTRA, 2006), mas com uma preocupação com a representação e a diversidade da amostragem; além da amostra de material jornalístico veiculado em Portugal com a repercussão do caso.

A análise dos dados é feita pelo método da Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2003; Magalhães, 2005), entendendo que essa metodologia contribui para a pesquisa crítica sobre a mudança social.

As escolhas metodológicas que guiaram essa pesquisa seguem os critérios adotados pelo Laboratório de Leitura Crítica da Mídia da Universidade Federal de Goiás, que, desde 2018, tem buscado se aprofundar nas pesquisas sobre as relações do Estado com a imprensa em função das políticas (ou a falta delas) adotadas pelo Governo Bolsonaro.

O trabalho, portanto, pretende dar continuidade a um Estudo Longitudinal, método que analisa variações ao longo de um período, mas se detendo particularmente no mês de junho de 2022, quando o desaparecimento do jornalista e do indigenista tornaram-se tema central no jornalismo. Embora não se pretenda um aprofundamento neste conceito, busca-se também uma leitura crítica descolonizada de um contexto social na qual os aspectos históricos são entendidos como elementos determinantes no estabelecimento de padrões comportamentais, mas que também procura denunciar um modelo de exercício de poder cujos vícios ainda contém elementos das estruturas coloniais.

Amazônia, Brasil! Vestígios de uma guerra tripartite

A Amazônia é um mistério e um desafio para a maior parte dos brasileiros e para os habitantes de outros países do mundo. No processo de ocupação territorial, os rios, e o Amazonas é o maior deles, foram as estradas para ao interior.

A ocupação ribeirinha e a grandiosidade da floresta preservaram a Amazônia que, mesmo convivendo com momentos específicos de maior riqueza, como o ciclo da exportação da borracha⁶, permaneceu como impenetrável senão pelos seus ocupantes, pelo menos no imaginário de boa parte dos brasileiros até a segunda metade do século XX.

A partir deste ponto, em parte como resultado da ocupação legal patrocinada pelo Governo Militar – cuja maior marca seria a estrada Transamazônica – abrindo uma nova onda de ocupação humana deste território, houve o surgimento/crescimento de algumas cidades, mas não houve o incremento econômico que viabilizasse a manutenção.

O discurso sobre a necessidade de ocupação da Amazônia pelo Governo Militar envolvia elementos como vácuo demográfico e uma pretensa ameaça externa (território cobiçado por outros países) devido à existência de riquezas ocultas. Os povos originais, vistos como mera curiosidade, pouco interferiam nesta equação.

A floresta engoliu a estrada, da qual hoje apenas restam trechos degradados, mas os ocupantes humanos permaneceram, muitos deles mesmo sem obter na floresta as condições ideais para sua sobrevivência.

A racionalidade do parágrafo anterior oblitera – ainda que de forma não intencional – uma verdade incômoda: a ocupação da Amazônia foi marcada por múltiplas e dolorosas formas de violência, que envolvem desde a miscigenação pelo estupro até a complacência e até mesmo cumplicidade de parte das autoridades locais, também interessadas em enriquecer a qualquer custo.

No momento atual, essas relações têm um formato tripartite, que envolvem o poder legal/institucional pouco presente e apenas eventualmente reativo à exposição pública dos delitos, um poder armado, ligado a diferentes atividades ilegais, com irregular (mas constante) alistamento dos moradores locais em suas hordas e entidades diversas, que atuam tanto na preservação do meio ambiente quanto dos povos originais. Essa guerra não é nova,

⁶ O ciclo da borracha viveu seu auge entre 1879 e 1912, tendo depois experimentado uma sobrevida entre 1942 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial.

mas adquiriu contornos mais evidentes com o crescimento dos garimpos ilegais, o tráfico de drogas, e com uma postura leniente assumida pelo Governo Bolsonaro.

O Presidente Jair Bolsonaro, em época de campanha eleitoral, já prometia o desmonte de parte das instituições federais e, apesar de já ter cumprido vários mandatos entre 1991 e 2018 na política brasileira, apresentava-se como representante da anti-política.

Pessoalmente forjou o movimento chamado de *bolsonarismo*⁷, chegando ao poder em eleições que envolvem condições específicas, entre elas o apoio de setores fundamentalistas e ligados ao agronegócio, e igrejas evangélicas, além do voto de grande parte de um eleitorado desiludido com setores da esquerda acusados de corrupção.

Defensor da liberdade de falar, agredir e denegrir nas redes sociais, a marca do Presidente é uma relação conflituosa com a imprensa (FARIAS, 2020), valorizando as *lives* exibidas semanalmente e respondendo com mau-humor (ou de forma grosseira) as eventuais entrevistas.

Bolsonaro também é referência no desprezo pelas questões ambientais, assunto que não se destaca entre as suas preocupações, e no desmonte tão silencioso de entidades públicas ligadas a esse setor⁸.

Para parte da sociedade, o temperamento espontâneo (e explosivo) do atual Presidente brasileiro e sua aprovação tácita à exploração imediata das riquezas da Amazônia (mesmo com grandes perdas ambientais) é um ponto positivo, pois reafirma seu distanciamento das negociações políticas tradicionais.

No entanto, esse comportamento também afeta a dinâmica da relação do Estado com a imprensa. Para os jornalistas, o pacto simbólico da atuação da imprensa como mediadora entre o Estado e os cidadãos foi quebrado. Como consequência, a imprensa tem dado particular atenção à falta de coerência nas respostas e ações do atual Governo, aos indicativos de corrupção e de comportamentos eticamente questionáveis.

Especificamente em relação à Rede Globo de Televisão, emissora que manteve uma relação quase íntima com o Governo Militar, com altos índices de audiência há mais de 50 anos, a falta do acesso privilegiado aos chefes do Governo e aos integrantes do seu primeiro escalão tem sido particularmente sentida. De fato, embora Bolsonaro tivesse laços com a sua concorrente, a

⁷ Movimento político/ideológico capitaneado por Jair Messias Bolsonaro. O vocábulo formado pelo sobrenome Bolsonaro associado ao sufixo *-ismo*, se popularizou nas eleições de 2018.

⁸ Além da exoneração de Bruno Pereira, que se tornou pública com o seu assassinato, outros casos foram noticiados no mesmo período.

Rede Record⁹, a expectativa era a ampliação dos canais de comunicação após a eleição, uma vez que a TV aberta representa um caminho importante para se chegar ao grande público.

No entanto, Bolsonaro manteve-se distante dos veículos tradicionais de imprensa, apenas tolerando a presença dos repórteres no *cercadinho* – espaço na saída do Palácio da Alvorada no qual os apoiadores do presidente se aglomeram. Além disso, no decorrer do Governo, Bolsonaro informou, em mais de uma ocasião, que além de se comunicar por meio das redes sociais, ele também se informa – e forma suas opiniões - por meio delas.

Trata-se de um comportamento adotado por grupos que se identificam com a *nova direita conservadora*, com ênfase à postura agressiva de Donald Trump (que Bolsonaro considera um amigo particular), e que inclui também críticas às instituições democráticas; aos processos de internacionalização; uma ladainha contra a corrupção e defesa canhestra dos valores familiares e da religião. Esse modelo de patriotismo enviesado inclui também ressuscitar a visão do Governo Militar da década de 1970, que anunciava a ameaça de grupos internacionais em “ocupar” a Amazônia.

À frente de um Governo marcado por diferentes crises e constantemente acusado de apoiar e ser apoiado pelos milicianos, Bolsonaro tem se mantido no cargo graças ao apoio do chamado Centrão¹⁰, sendo generoso com verbas para aliados no legislativo, mesmo às custas de cortes nas áreas de saúde, educação, pesquisas e verbas aos órgãos públicos ligados à defesa do meio ambiente e povos indígenas.

Sobre esse contexto, destaca-se que embora a relação entre a imprensa brasileira e a política alterne períodos de conflito e interesses cruzados, a Constituição de 1988 abriu espaço para as empresas jornalísticas ampliarem suas atividades profissionais.

Embora empresas de vários tipos tenham prosperado (inclusive espaços ligados ao sensacionalismo) o *ethos* que orienta a atividade profissional e se apoia no respeito à verdade na Democracia como condição essencial para a continuidade do jornalismo; tem sido preservado.

Consequentemente, o *modus* operante do *bolsonarismo* tem elevado a constante tensão entre o Governo e a imprensa. Esse contexto também envolve o crescimento das Redes Sociais, onde proliferam informações não comprovadas ou libertas dos elementos

⁹ A Rede Record tem relações diretas com a Igreja Universal do Reino de Deus, ramo do protestantismo pentecostal com características conservadora que abriga grande número de eleitores do Presidente Bolsonaro.

¹⁰ Bloco composto por parlamentares de diferentes partidos, que se unem para conseguir maior influência no parlamento, defender, de modo conjunto, seus interesses; e eventualmente obter vantagens econômicas e/ou eleitorais.

éticos que direcionam o jornalismo, com informações reverberadas por robôs ou mesmo por usuários diversos, ampliando a presença de dados falseados e mentiras, fomentando a circulação do que se convencionou chamar de *fake news* (BRANDINO, 2021).

Elementos de uma cobertura jornalística nos tempos do bolsonarismo

A expressão *cobrir um fato*, ou *fazer um cobertura jornalística* é um dos muitos jargões jornalísticos que extrapolou o âmbito profissional e ganhou vida na sociedade. Ainda que nas redações jornalísticas sua definição seja fluida, de uma forma ampla, pode ser compreendida como a ação ou conjunto de ações de pesquisar/investigar um fato jornalístico ou uma série de eventos relacionados a esse fato para a construção de matérias jornalística.

Em geral, a cobertura jornalística está vinculada a uma “estratégia de apuração e angulação” (SILVA; SOARES, 2022), se constituindo de uma atividade básica para a produção do material jornalístico e atividade cotidiana do profissional de imprensa.

Uma vez que tendem a ter um caráter investigativo, as coberturas são, em muitos casos, elementos de tensão. Especificamente no contexto do Governo Bolsonaro, elas exemplificam os desafios enfrentados pelos jornalistas nesse governo.

Essas tensões envolvem a negação ao acesso à informação; o distanciamento proposital e até ataques físicos e verbais proferidos por apoiadores ou pelo próprio presidente, que não se furta de questionar a formação dos profissionais.

Paralelamente a essas estratégias, o Governo faz proliferar nas redes, um discurso moralista, misógino e negacionista, nos quais Bolsonaro e sua equipe (cuja característica mais gritante é ter à frente os próprios filhos como apoiadores e divulgadores) repetem crítica aos dados – muitas vezes divulgadas por órgãos públicos – sobre a devastação da Amazônia e a proliferação das atividades ilegais na região.

Entre o silenciamento, desmonte e a mentira deslavada, em diferentes ocasiões o Presidente tem reforçado o discurso de que a Amazônia está preservada. Ao mesmo tempo, e de forma oposta, a imprensa tem buscado ignorar os xingamentos ou bordões críticos sobre empresas jornalísticas e gritos em defesa do Presidente e do *bolsonarismo*, e divulgado dados que comprovam os problemas na Amazônia.

De fato, as ameaças do atual governo para a liberdade de imprensa têm levado os veículos de maior tradição histórica e circulação mais ampla – entre elas a Rede Globo de Televisão – a ficarem atentos a eventuais violações. Desta forma, desde o primeiro momento – quando ainda pairavam dúvidas sobre o motivo do desaparecimento do jornalista Dom Phillips e do indianista Bruno Pereira a emissora assumiu de forma vigorosa a cobrança pelas buscas e esclarecimento do caso.

Jornalismo e Jornalistas

Ainda que de forma indireta, as análises que envolvem a construção deste texto tendem a destacar que o jornalismo, desde suas origens no iluminismo, tem uma relação simbiótica com a democracia (TRAQUINA, 2005).

Influenciado pelos ideais da Revolução Francesa, jornalismo e democracia partilham a noção de liberdade de expressão como um valor central, o que torna a democracia uma pré-condição para existência do jornalismo efetivamente livre.

Baseados nesta relação, a cultura do jornalismo profissional valoriza o agir, no sentido de acompanhar de forma crítica as ações do Estado e dos representantes do poder público. Traquina (2005, p. 22) reforça que “A democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade, e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura”.

Isso não significa, porém, que os veículos de imprensa (ou mesmo a imprensa em si) seja neutra. De forma geral, o controle da imprensa está ligado às grandes empresas midiáticas, o que se insere de forma mais direta nas relações de poder.

Essa condição é reforçada nos países capitalistas periféricos, como é o caso do Brasil, nos quais a propriedade dos veículos de imprensa pode estar nas mãos de políticos ou grupos políticos e religiosos. Ainda assim, as próprias empresas tendem a reconhecer a importância da relação do jornalismo com a democracia e a valorizar a liberdade de expressão e o acesso à informação.

A permanente reiteração destes compromissos tem como objetivo reforçar a importância da imprensa, mas também serve para obliterar aspectos específicos da produção dos conteúdos

jornalísticos, que é tensionada pela permanente necessidade de conquistar e manter o receptor; potencializar os apelos sensacionais da informação e o uso de recursos estéticos.

Consequentemente, ainda que o jornalismo procure se apresentar como um incansável buscador da informação, o material efetivamente publicado é o resultado de uma rigorosa seleção de conteúdos, e reflete, muitas vezes, as necessidades e interesses econômicos, políticos e empresariais dos grupos midiáticos que comandam estes veículos.

Em termos amplos, o jornalismo se aproxima do positivismo e do pensamento racional por meio da valorização dos conceitos de neutralidade e objetividade, elementos que atuam como reforço ou validação da verdade/credibilidade, e, portanto, refletem na confiabilidade, fiabilidade e na confiança no relato dos fatos. Mas, mesmo quando busca não se afastar da verdade, o jornalismo não está isento de enquadramentos e gostos.

Paralelamente, a imprensa também está ciente de que é um ator social importante, e não raro usa seu poder para ingerência política e interesses diversos. Consequentemente, não hesita em usar de forma estratégica estes elementos (TUCHMAN, 1999), de forma a justificar antecipadamente as críticas.

Apesar de simbolicamente valorizar sua capacidade de investigação, a eficiência do jornalismo está, diretamente, ligada ao acesso privilegiado, às fontes de informação, e à competência de construir relatos a partir do uso estratégico dessas fontes.

Dessa forma, ao negar o acesso às fontes, recusando-se a participar de rituais informativos simbólicos, como entrevistas coletivas ou desmontando estruturas que fornecem dados importante, o Governo aumenta a tensão que perpetua sua relação com a imprensa.

Aspectos de uma cobertura jornalística

Uma cobertura jornalística tem desafios específicos, mas em tempos de múltiplas telas, a importância das imagens se multiplica. Consequentemente, a ausência de imagens ou a não existência de elementos visuais que comprovem os fatos noticiados, demandam estratégias diferenciadas¹¹ que possam reforçar senão os fatos, o enquadramento adotado.

¹¹ Busca em arquivo de fotos e material colaborativo, entre outros.

Em função do contexto já citado anteriormente, a primeira informação sobre o desaparecimento de Dom Phillips e Bruno Pereira, e as informações seguintes, foram revestidas de um tom de denúncia, reforçadas por insinuações de grupos que são contrários à preservação ambiental, seja porque são ligados ao Governo, seja em função de atividades ilegais que tendem a proliferar em áreas isoladas e de difícil acesso na Amazônia; cujo abandono é reforçado pela ausência de uma estrutura básica e pouca presença do Estado.

O posicionamento da imprensa brasileira – e particularmente das empresas relacionadas à Rede Globo de Televisão, se evidencia na divulgação inicial do fato pelo portal G1, e torna-se ainda mais óbvia quando a televisão em canal aberto divulga a informação.

No caso específico do tema deste artigo, ou seja, o desaparecimento de Dom Phillips e Bruno Pereira, em um primeiro momento do processo informativo, a opção é pela nota, formato informativo que prescinde ou usa poucas imagens.

Na medida em que o assunto se torna mais relevante – ou que se evidencia uma ação violenta, com repercussão na imprensa internacional, o cuidado imagético cresce. Embora a primeira menção do Jornal Nacional sobre esse crime tenha acontecido no dia anterior, a questão tem seu ponto alto no Jornal Nacional do dia 7 de junho (*Dia Nacional da Liberdade de Imprensa*) sendo tema de uma matéria mais ampla no primeiro bloco.

Já então, a Rede Globo havia deslocado um repórter para o local, e providenciado fotos e vídeos dos desaparecidos, além de ilustrações específicas, como um mapa do Estado detalhando os rios da região.

Durante a narrativa, o destaque são as ameaças anteriores feitas às vítimas, e a preocupação da família com um possível acidente. Da mesma forma, embora o texto fale de esperança, o percurso dos fatos narrados já apontava para o desfecho trágico, elemento reforçado pela explicitação das ameaças e pelo fato de ambos já terem denunciado pescadores ilegais, contrabandistas e traficantes. Armava-se, assim, o cenário de uma guerra em andamento, na qual Bruno e Dom Phillips eram “soldados” em movimento em um território hostil.

Esse aspecto é reforçado pela contextualização da região e pelo reforço de que os grupos indígenas isolados foram bem protegido “durante anos”, mais estão ameaçados pelo crescimento da violência, que inclusive tem vitimado funcionários que tentam protegê-los.

O material veiculado também abre espaço para as falas da direção da Funai, que em contraste com os dados, parece burocrática e oca de significados, finalizando com breves exposições de matérias (ou a repercussão) sobre o caso da imprensa internacional.

Apesar de constituir-se como uma matéria completa e aparentemente autônoma, o telejornal “emenda” o tema com uma matéria sobre maus tratos a jornalistas americanos na Rússia; sequenciada pelas denúncias do sindicato dos jornalistas que acusa o Presidente Bolsonaro de agressões aos profissionais de imprensa; e o pronunciamento de uma juíza que afirma que esse comportamento é nocivo à democracia e à liberdade de imprensa.

Fechando o bloco do telejornal, é exibida uma matéria sobre o *Dia da Liberdade de Imprensa* e a relação do jornalismo com a democracia, que inclui filmes históricos, com momentos importantes da imprensa brasileira, além de referências às conquistas trazidas pela atual constituição brasileira, e o lamento por estarmos vivendo atualmente “um período bastante sombrio”. Toda a narração é pontuada por frases emblemáticas, como “quem defende a liberdade de imprensa defende a democracia”.

Destaca-se que todo esse bloco é exibido em uma data na qual as questões políticas estavam em efervescência, inclusive com votações importantes na Câmara e no Senado do Brasil, que poderiam resultar (como de fato aconteceu) em propostas de emendas à constituição.

Analisado em conjunto, o momento define o enquadramento que foi adotado na cobertura do desaparecimento de Dom Phillips e Bruno Pereira. A partir desse ponto as demais matérias jornalísticas exibidas nos dias posteriores nos diversos telejornais da emissora (com uma possível exceção dos telejornais locais do Estado do Amazonas¹²) repete um padrão de um esforço da Rede para explicar a cronologia dos fatos, valorizar o trabalho das vítimas e paralelamente encontrar culpados.

Esse aspecto transparece na escolha dos entrevistados – família, amigos e colegas, cujas denúncias evidenciam a demora nas ações do Estado; a importância dos protestos públicos; e as ações da imprensa para que a questão fosse finalmente vista de forma séria. Fica claro, portanto, que o enquadramento adotado ressalta a ausência/incompetência deliberada (e conseqüente culpabilidade) do Estado na região.

¹² O Estudo não fez esse acompanhamento, mas em função da relevância do tema para região e dos envolvimento políticos locais, é possível que tenha havido outros enquadramentos no telejornalismo local.

As matérias exibidas nos dias posteriores seguem uma certa previsibilidade, com a recuperação de fotos e principalmente vídeos das vítimas trabalhando ou prestando serviços à comunidade; a repercussão internacional; os protestos no Brasil e no exterior; as cenas da região amazônica; a movimentação dos órgãos públicos (particularmente a Polícia Federal e o exército) que passam a apresentarem-se como aliados na apuração dos dados.

As dificuldades para ilustrar a cobertura se evidenciam pela repetição das cenas, mas também pela exposição de dois espaços diferentes: as cidades, onde acontecem os protestos e tomadas as decisões; e a floresta, local cuja paz foi quebrada.

Tem-se ainda um novo elemento, o recrutamento da cidade para interferir na guerra Amazônica e resgatar a floresta. O tema segue nos telejornais no ritmo de uma telenovela, repetindo as falas sobre as denúncias de ameaça anteriores ao desaparecimento (e a indiferença do Governo a essas ameaças), mas sempre buscando novos elementos, como a intervenção do STF exigindo a apuração, a prisão dos suspeitos, os interrogatórios, o aparecimento da mochila de uma das vítimas, a confissão de um dos acusados, a recuperação dos corpos e a prisão dos cúmplices.

Embora os capítulos sigam em ritmo moroso, as críticas pontuam as falas, em geral apontando de forma direta ou indireta o Governo como o culpado para a situação trágica da Amazônia. De fato, embora todos os dias se anuncie um esforço para garantir o direito de abrir espaço para os dois lados envolvidos – princípio básico do jornalismo – as respostas apresentadas são, em geral, burocráticas, monocórdias e indiretamente reforçam a incapacidade do Governo em compreender a complexidade das relações que envolveram a região.

As reportagens transmitidas nos telejornais nacionais da Rede Globo são sempre repetidas – em geral na íntegra – nos telejornais e nos programas da GloboNews. No entanto, as notas com desculpas e justificativas, ficam diluídas nos comentários e análises dos comentaristas da emissora. Na emissora codificada, destaca-se a preocupação quase didática em apresentar o contexto, mas também denúncias mais objetivas sobre o desmonte dos órgãos de proteção ambiental e/ou defesa dos povos tradicionais, e as consequências negativas da situação na imagem do Brasil no Exterior.

Ainda que de forma não intencional, prevalece a percepção de que o Governo Federal Brasileiro é desastrado e incompetente, inclusive para a divulgação das informações, até porque, Bolsonaro expressa declarações negativas sobre as vítimas, acusando-as de estarem

em uma aventura, ou de não terem informado os órgãos competentes sobre as atividades. Informações prontamente desmentidas e divulgadas pela imprensa.

Erros grosseiros, como o aviso do Embaixador Brasileiro, em Londres, sobre a comprovação das mortes, quando apenas vísceras humanas não identificadas haviam sido encontradas, comprovam ainda mais essa percepção.

Neste emaranhado, afirmações como as que dizem que *as vítimas não cuidaram da própria segurança*; e são *mal-vistas na região*, reforçam o clima de beligerância entre as partes envolvidas no conflito, evidenciando os elementos de uma guerra não oficializada, mas ainda assim reconhecida pelo Estado.

A cobertura também inclui declarações de autoridades locais, mas eles se evidenciam como aliados incertos: prefeitos locais que defendem indivíduos ligados a contravenção; procuradores públicos, que não atuam na acusação, mas são voluntários para defender os suspeitos etc.

Outro elemento é o contraste das exposições da miséria/falta de estrutura do local do crime, com construções precárias; e as lanchas e uniformes das forças públicas.

No contexto da cobertura, o/s culpado/s foram elementos secundários. Mais importante é a valorização de um conflito permanente e da ameaça que representa os grupos que atuam na ilegalidade na região. Tudo isso reforçado pelo aproveitamento e/ou redundância intencional do material televisual e dos elementos da narrativa verbal.

Desde a primeira denúncia, a insinuação de que existe um clima de guerra e um avanço intencional de grupos ilegais na região estava presente. Todo material apontava para o atual governo como responsável por criar as condições para o aumento da criminalidade¹³.

Transparece a percepção de que Bruno Pereira e Dom Phillips tenham sido colocados como *heróis que, desafiando todos os perigos, avançam pelo território inimigo* para comprovar as iniquidades; mas também, vítimas de um conflito permanente e da ameaça que representa os grupos que atuam na ilegalidade na região. A morte de ambos, portanto, não é surpreendente, pois se soma a um conjunto de atrocidades repetidas na região.

¹³ Entre os nomes citados, ligados ao Governo Bolsonaro, envolvidos em questões ligadas a Amazônia e/ou a preservação ambiental, está o do ministro Ricardo de Aquino Salles, que deixou o cargo sob suspeita de relações com madeireiros ilegais.

A repercussão na mídia internacional

A cobertura da imprensa brasileira e como ela ganha força, se auto-justifica a partir da divulgação feita no site G1, com um resumo ou coletânea de jornais do mundo que noticiaram o caso, como: The Guardian, The Telegraph, BBC, The New York Times, Washington Posto, Daily Mail, Al Jazeera, Mirror, Reuters Sky News. (G1, 15 jun. 2022).

Entre as coberturas internacionais, destacamos a realizada pelo Jornal Sábado, de Portugal, que no período de 7 a 22 de junho publicou 11 matérias sobre o caso. O material tem ênfase específica nos crimes, mas inclui citações diretas ao governo Brasileiro e ao próprio Bolsonaro. (Sábado, Saiba Mais Dom-Phillips)

Como seria previsível, o material não analisa o contexto ou mesmo a situação atual da Floresta Amazônica, mas destaca uma evidente quebra na qualidade da atenção dada aos povos originais (que trata como tribos); a falta de financiamento/abandono da Funai; e o desprezo das organizações não governamentais. A cobertura, contudo, não considera a profundidade de interesses que envolve essas questões ou mesmo são imbricadas as questões da atenção aos povos originais e a preservação ambiental.

Fica clara, na cobertura jornalística, do Jornal Sábado, a animosidade entre os preservacionistas e aqueles que não se preocupam com a Amazônia, mas a ocupação da amazônica pelas atividades ilegais e a própria leniência do Governo com esses grupos não é efetivamente citada.

Ainda que tenha uma importância simbólica significativa, uma vez que amplia a dimensão da tragédia, não permite ao leitor compreender as questões complexas que resultaram no assassinato. O olhar para Amazônia, que é pontual e incompleto na imprensa brasileira, torna-se quase superficial nas informações sobre as repercussões do crime fora do país.

Portanto, apesar de ficar claro que Bruno e Dom foram assassinados, não fica muito claro “de onde surgiram” os culpados, ou mesmo as razões dos crimes, e como elas vão perdurar para além da prisão dos culpados.

Elementos para conclusão: um crime contra uma floresta sob ataque

Jornalismo é um processo que envolve a produção de conteúdos que atendem as necessidades/curiosidades e desejos de setores diversos da sociedade. Particularmente no telejornalismo, são valorizados conteúdos que relatem conflito, ação, movimento. Nesse sentido os conflitos na Amazônia, e as mortes que resultam deles, representam um desafio.

A floresta cuja densidade sempre foi uma defesa, agora esconde as feridas abertas, que em muitos casos são visíveis apenas do alto. Soma-se a isso a percepção de que a ausência do Estado e das suas instituições torna a presença do jornalismo (e dos jornalistas) na região um desafio. Desta forma, a cobertura da morte de Dom Phillips e Bruno Pereira aparece como a justificativa, a comprovação na prática, destes impedimentos.

No entanto, essas mortes – e a conseqüente cobertura jornalística do fato – atuam como modais para novas denúncias e até mesmo para uma compreensão ampliada dos conflitos que pontuam a região. Mais do que os números e gráficos que apontam o aumento da venda de armas de fogo e da criminalidade, os elementos amplamente citados no conjunto de reportagens que constituíram a cobertura dos fatos referentes a morte de Dom Phillips e Bruno Pereira descortinam um território em guerra.

Ao mostrar que as vítimas não eram amadores, mas profissionais que tinham experiência na região e conheciam os caminhos; tendo como integrante o indigenista Bruno, experiente e certificado pela própria Funai, órgão responsável pelo contato com os povos tradicionais no Brasil, compreendemos que o Governo Bolsonaro não é elemento neutro nesta guerra, pois se é verdade que ela já existia antes dele (e não há como negar isso), também é fato que ela se amplia e se torna mais cruel a partir das ações – e principalmente da ausência de ações – deste Governo.

Mais do que fazer acusações, a cobertura jornalística deixa claro que o Governo tem consciência dos riscos apresentados pela floresta, e até mesmo pela contravenção, mas opta por um distanciamento estudado, deixando subtendido que prefere a ocupação pelos grupos que trabalham à margem da lei do que pelos (supostos) interesses estrangeiros. Seja por falta de informação, seja pelo simples desprezo, ignora que a própria contravenção também tem ramificações internacionais.

Sobre a cobertura do desaparecimento, destaca-se também que ela reforça a imagem do Governo (e em particular do próprio Presidente Bolsonaro) como inapto para lidar com situações de crise e responsável por piorar a imagem do Brasil no exterior; valoriza a atividade jornalística e sua importância para a democracia; e por fim valoriza o próprio jornalismo, indiretamente apontado como responsável incansável por desvendar o crime e, quase como um bônus, também cria novos ícones, novos heróis (RANTIN, 2022; VIEIRA, 1991) na defesa do meio ambiente.

De forma ampla, a análise aponta rastros simbólicos que desmistificam a floresta como um espaço com pouca presença humana, e a apresenta como território em disputa, em uma guerra na qual os interesses se sobrepõem e se confundem com o desenvolvimento e com uma certa tolerância para com aqueles que estão nas pontas das atividades criminosas. Afinal, quem habita a floresta são pessoas pobres e estão ali por falta de opções. Os povos originais são, desta forma, apresentados pelo jornalismo com um desprezo latente, vistos como curiosos, excêntricos e carentes de proteção, mas sem utilidade definida.

A análise do material sobre a cobertura jornalística, conforme ela foi assumida e desenvolvida, aponta também o desconforto do Governo com a repercussão do caso, e parece indicar que mesmo sendo uma guerra tripartite, é vantajoso para aqueles que atuam na ilegalidade e para os que fingem que não percebem essa atuação, que o conflito continue a se desenvolver na surdina.

Por fim, constatamos que a principal vítima, a floresta Amazônica, insiste em ocultar suas riquezas, não tem uma voz que possa gritar contra sua destruição e permanece de pé (ainda que ferida) por mera teimosia.

Referências

AMAZONAS Atual. (2022). *Bolsonaro evita 'aventura' e deseja conforto às famílias de Bruno e Dom*. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/bolsonaro-evita-aventura-e-deseja-conforto-as-familias-de-bruno-e-dom/>. Acesso em: 05 mai. 2022.

BRANDINO, G. *Liberdade de expressão e imprensa enfrentam cenário de violações sistemáticas, dizem especialistas*. Folha Uol. 28 mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/liberdade-de-expressao-e-imprensa-enfrentam-cenario-de-violacoes-sistematicas-dizem-especialistas.shtml>. Acesso em: 28 mai. 2022.

CARVALHO, R. Folha de S.Paulo. *'Difícil, cansativo, perigoso'*, disse Bruno à Folha antes de ir à Floresta pela última vez. 18 jun. 2022. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/dif%C3%ADcil-cansativo-perigoso-disse-bruno-%C3%A0-folha-antes-de-ir-%C3%A0-floresta-pela-%C3%BAltima-vez/ar-AAYBPKa?ocid=HPDHP&li=AAgXC1>. Acesso em: 01 jul. 2022.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FARIAS, V. *Jornalistas são agredidos em manifestação a favor de Bolsonaro em Brasília*. Jornal O Globo. 03 mai. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/jornalistas-sao-agredidos-em-manifestacao-favor-debolsonaro-em-brasilia-24408203>. Acesso em: 25 jul. 2022.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GALVÃO, W. G1. DF. *Desaparecimento de indigenista e jornalista inglês no Amazonas: entidades de direitos humanos, jornalismo e meio ambiente cobram investigação*. 06 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/06/06/desaparecimento-de-indigenista-e-jornalista-ingles-no-amazonas-entidades-de-direitos-humanos-jornalismo-e-meio-ambiente-cobram-investigacao.ghhtml>. Acesso em: 02 jul. 2022.

G1 – GLOBO. *Veja a repercussão na imprensa internacional do desfecho da busca por Bruno Pereira e Dom Phillips na Amazônia*. 15 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/15/veja-a-repercussao-na-imprensa-internacional-da-confissao-de-assassinato-de-bruno-pereira-e-dom-phillips-na-amazonia.ghhtml>. Acesso em: 28 jul. 2022.

JORNAL NACIONAL. *Mais de 33 milhões de brasileiros passam fome todo dia, revela pesquisa*. 8 jun 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/oppa15anos/photos/596772155386245/>. Acesso em 19 jun. 2022.

JORNAL NACIONAL. *Edição de 07 jun. 2022*. Episódio.1351. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10647462/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

JORNAL VALOR. *Bolsonaro diz que Don e Bruno não cuidaram da segurança*. 15 jun. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/06/15/tudo-indica-que-nas-prximas-horas-desaparecimento-de-jornalista-e-indigenista-ser-esclarecido-afirma-bolsonaro.ghhtml>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MAGALHÃES, I. *Introdução*. A análise de discurso crítica. Delta, São Paulo 21: Especial, 2005. pp. 1-9.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MIDIATALK. RSF: *Bolsonaro entra para lista de predadores da liberdade de imprensa*. Uol Notícias. 05 jul. 2021. <https://mediatalks.uol.com.br/2021/07/05/bolsonaro-entra-para-lista-dos-predadores-mundiais-da-liberdade-de-imprensa-da-rsf/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

RANTIN, C. *Legião dos Heróis*. 10 personagens dos quadrinhos que são jornalistas! Disponível em: <https://www.legiaodosherois.com.br/lista/10-personagens-dos-quadrinhos-que-sao-jornalistas.html>. Acesso em: 19 jun. 2022.

RELATÓRIO HUMAN RIGHTS WATCH. *World Report 2020*. Human Rights Watch (hrw.org). Disponível em: <https://www.hrw.org.pt/wold-report/2020>. Acesso em: 04 jun. 2022.

REVISTA FORUM. *Jornalista desaparecido foi atacado por Bolsonaro: "Amazônia é nossa, não de vocês"*. 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2022/6/8/jornalista-desaparecido-foi-atacado-por-bolsonaro-amaznia-nossa-no-de-vocs-veja-video-118495.html>. Acesso em: 12 jun. 2022.

RSF - Repórteres sem Fronteiras. *Velhos tiranos, duas mulheres e um europeu: a RSF releva sua edição de 2021 dos "predadores da liberdade de imprensa"*. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/pais/brasil>. Acesso em: 13 jun. 2022.

Sábado. *Saiba mais Dom-Phillips*. Disponível em: <https://www.sabado.pt/sabermais/dom-phillips>. Acesso em: 02 jul. 2022.

SILVA, G; SOARES, R. L. *O método análise de cobertura jornalística e o acontecimento noticioso da doença do ex-presidente Lula*. São Paulo: Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Volume: 26, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/jJ5qXgZZcpLdcpXF5HP84qy/?lang=pt#>. Acesso em: 19 jun. 2022.

TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo*. Porque As Notícias São Como São. V. 1. Editora Insular. Florianópolis-SC, 2005.

VIEIRA, G. *Complexo de Clark Kent*. São Super-Homens Jornalistas? São Paulo: Summus, 1991.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: Traquina, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Veja. 1999, pp. 74-90.